

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Carta de Reivindicações Discentes da Pós-Graduação
Março de 2018

A presente carta de reivindicações foi construída coletivamente por estudantes dos cursos de Pós-Graduação da UFSC a convite da Associação de Pós-Graduandos (APG-UFSC gestão “Quem tem Coragem”) e passou por um processo inicial de levantamento de pautas de reivindicações via formulário online e posterior discussão e aprovação das mesmas em assembleia realizada no dia 14 de março de 2018. As reivindicações estão aqui apresentadas aos candidatos à consulta pública para a Reitoria, divididas em quatro eixos: conjuntura (1), acesso e permanência (2), democracia e gestão universitária (3), combate às opressões (4) e educação, ciência e tecnologia (5). Solicitamos dos candidatos posicionamento com relação aos pontos e apoio e suporte político durante seu mandato. A carta e seus pontos, bem como as respostas dos candidatos a estes, serão compartilhados publicamente.

1. Conjuntura

1.1. Frente aos grandes debates nacionais e locais, posicionamento sempre por nenhum direito a menos: contra as reformas de ajuste fiscal, contra os avanços do autoritarismo e repressão dentro e fora da universidade, contra intervenções militares e a entrada da Polícia Militar e de demais agentes do aparelho repressivo do Estado nos campi, bem como em defesa de sua desmilitarização, em defesa da liberdade de pesquisa, ensino, jornalística e artística, contra as privatizações e contra os ataques aos direitos de indígenas, quilombolas, negras e negros, LGBTs e das mulheres.

1.2. Ampliação da mobilidade urbana nos campi e fora deles, com ampliação da acessibilidade, construção de bicicletários e vias para ciclistas e incentivo ao transporte coletivo e à redução do uso de automóveis e da sua presença nos campi.

2. Acesso e permanência

2.1. Ampliação (rumo à universalização), com correção imediata e reajuste anual, das bolsas de pós-graduação. Ampliação das bolsas emergenciais como forma de diminuir os problemas a curto prazo (segundo dados mais recentes do Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação, apenas 37,6% dos e das estudantes são bolsistas). Priorização imediata de critérios socioeconômicos e de raça/etnia para distribuição de bolsas, bem como a não utilização de critérios meritocráticos para sua distribuição. Implementação de medidas que ampliem a transparência na publicação e concessão de bolsas;

2.2. Ampliação da garantia de moradia estudantil para incluir estudantes da pós-graduação;

2.3. Ampliação da acessibilidade de discentes em todos os Programas, o que inclui a ampliação no número de profissionais para suporte, ambiente acessível e reserva de bolsas para pessoas com deficiência;

2.4. Ampliação do Restaurante Universitário, em sua estrutura física, considerando que o prédio e muitos equipamentos do RU antigo ainda existem, na inclusão de opção vegetariana e café-da-manhã, garantia de RU nas férias, ampliação dos horários de funcionamento. Isenção no RU para quem cumpre critérios socioeconômicos e garantia e facilidade de acesso a crianças de estudantes pais e mães;

2.5. Ampliação e fortalecimento imediatos das políticas de apoio, acolhimento e acompanhamento psicológico. Criação de um programa específico de atendimento para a pós-graduação, tendo em vista suas especificidades;

2.6. Apoio à inclusão de estudantes de pós-graduação no sistema previdenciário, com garantia e ampliação de direitos relacionados à saúde, tais como afastamento por doença e licença-maternidade, com manutenção e prorrogação da bolsa;

2.7. Implantação de Programas de Ações Afirmativas em todos os Programas de Pós-Graduação para estudantes negros e negras, indígenas e com deficiência (conforme Portaria Normativa 13/2016 do MEC);

2.8. Suporte à vida acadêmica de mães e pais estudantes, com ações de conscientização e programas de auxílio-creche ou creche dentro dos campi;

2.9. Ampliação do auxílio para participação em eventos acadêmico-científicos, com agilização do processo, incluindo pagamento antecipado. Inclusão de verbas para traduções, revisões e publicações de artigos;

2.10. Auxílio para o deslocamento e outras despesas inerentes à realização da pesquisa, incluindo a aquisição de livros e materiais com fins de pesquisa;

2.11. Promoção de políticas que impeçam o desvio de função de bolsistas (substituição de professor ou professora durante o estágio docência, assunção de funções nos laboratórios que vão além de sua pesquisa);

2.12. Manutenção e ampliação do SASC/HU (Serviço de Atendimento à Saúde da Comunidade Universitária do Hospital Universitário).

3. Democracia e gestão universitária

3.1. Voto universal nas eleições/consultas públicas à comunidade acadêmica, incluindo pessoal de serviços terceirizados e demais pessoas envolvidas com a universidade;

3.2. Continuidade das obras de reforma do Centro de Convivência e garantia da sua manutenção como um espaço público, das entidades estudantis e aberto para atividades de arte e cultura;

3.3. Aumento da representação discente nas instâncias deliberativas da Universidade e garantia da autonomia discente na escolha e indicação de representantes;

3.4. Por um debate democrático sobre a segurança nos campi que possibilite medidas que atendam às necessidades da comunidade (acadêmica e do entorno da universidade). Melhoria da iluminação dos campi e contratação de trabalhadores efetivos que garantam a segurança da comunidade universitária;

3.5. Defesa da autonomia universitária, nos âmbitos financeiro, didático, pedagógico e científico, dando respaldo às pesquisas realizadas que atendem à função social da instituição;

3.6. Atribuição de créditos à representação estudantil;

3.7. Liberação da realização de festas e confraternizações no espaço dos campi.

4. Combate às opressões

4.1. Implementação plena e reconhecimento na Universidade do direito ao uso do nome social;

4.2. Políticas e campanhas de combate ao assédio moral e psicológico por parte dos docentes, investigação e sanção relacionadas ao assédio e discriminação, formação docente sobre assédio e opressões;

4.3. Efetividade e divulgação dos canais de denúncias anônimas;

4.4. Institucionalização de políticas de equidade de gênero.

5. Educação, ciência e tecnologia

5.1. Estimular projetos de pesquisa e extensão popular;

5.2. Pelo desligamento do Hospital Universitário à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);

5.2. Combate à privatização da Pós-Graduação nas Instituições de Ensino Superior, assim como a cobrança de taxas;

5.3. Pelo financiamento público e estatal dos programas de pós-graduação e pesquisa. Contra a terceirização e as parcerias público-privadas nas universidades, que comprometem sua autonomia e desviam sua função social;

5.4. Mais recursos financeiros públicos para as pesquisas, financiamento para pós-graduação em outros campi, busca por apoio de órgãos de fomento e empresas estatais;

5.5. Defesa da formação didático-pedagógica dos e das estudantes de pós-graduação e de sua atuação na extensão universitária, ameaçadas pelo atual caráter produtivista na academia;

5.6. Por avaliações da produção de conhecimento que levem em conta as demandas sociais, com caráter qualitativo e não apenas quantitativo;

5.7. Formação docente continuada e tempo de planejamento pedagógico nos programas e departamentos;

5.8. Mais investimentos em laboratórios e cursos gratuitos de capacitação técnica e informática, com melhoria na infraestrutura dos programas (salas, equipamentos, espaços de estudo, etc);

5.9. Aumento de instituições conveniadas para a realização de intercâmbio/sanduíche;

5.10. Renovação do acervo das bibliotecas e ampliação do acesso a plataformas digitais e bases de dados.